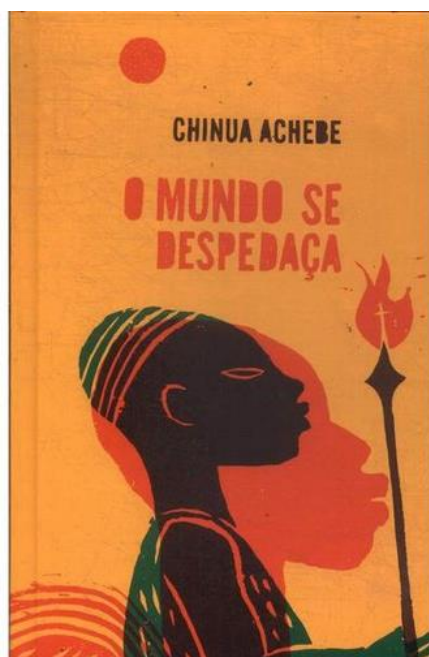


COLUNA
LITERATURA E ATUALIDADE

O mundo está despedaçando?

Things fall apart?

Hislla Ramalho



Things Fall Apart. A sentença utilizada pelo escritor nigeriano Chinua Achebe para intitular uma das suas mais renomadas obras, escrita primeiramente por Yeats em seu poema *O Segundo Advento*, talvez nunca tenha feito tanto sentido como atualmente. Entre epidemias, terremotos, guerras e um avanço extraordinário na tecnologia, a terceira década do século XXI vem pelo mundo como a marcação de um conservadorismo, diga-se, uma tentativa de ascensão absurda da supremacia branca. Quando coloco a palavra supremacia me refiro ao sistema do racismo que junta o olhar da diferença, os preconceitos e, principalmente, o poder, formando assim um sistema de negação de direitos para alguns e manutenção de privilégios para outros (KILOMBA, 2019).

Primeiramente, a frase *things fall apart* (1920) aparece na escrita de Yeats em seu poema chamado de *O Segundo Advento* (*The Second Coming*) em um contexto apocalíptico de Primeira Guerra Mundial. Tríplice Aliança de um lado, Tríplice Entente de outro, bombas, lutas, tiros, doenças, escassez e fome. Depois, precisamente em 1958, Chinua Achebe publica seu livro com esse título – *Things Fall Apart* – traduzido em 2009 em português brasileiro por Vera Queiroz Costa e Silva com o título de *O mundo se despedaça*.

Nesse livro, a guerra é outra: é contra a colonização e opressão inglesa na Nigéria, mais especificamente na cultura Igbo. O romance crítica-ficção é dividido em três partes em que Achebe relata a decadência das tradições Igbo e da vida de Okonkwo, protagonista da estória, a partir da imposição cultural do colonizador. A primeira parte da obra apresenta um período que antecede a

chegada dos ingleses, para identificar os costumes do povo Igbo. A segunda e a terceira tratam da chegada do cristianismo (colonização) e das mudanças na estrutura social pela interação de dois mundos diferentes.

Atravessando o tempo-espaço e tendo no horizonte a experiência da afrodiáspora, no Brasil, mesmo agora no XXI, o impacto da colonização deixa marcas estruturais de desigualdades profundas. Almeida (2019) vai dizer que a sociedade brasileira é estruturalmente racista, sendo o racismo a regra e não a exceção, não sendo esse fato um indicativo de que a estrutura não possa ser transformada, mas sim de que precisamos (re)agir contra esse sistema e responsabilizar quem o fomenta com atitudes/crimes individuais ou coletivas. Segundo ele:

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Por sua vez, Bento (2022) vai colocar que a branquitude tem um pacto para assegurar a manutenção da estrutura hegemônica do racismo que concede privilégios a alguns em detrimento de outros. Ela afirma:

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. Acredito que é preciso reconhecer e debater essas e outras relações de dominação para criar condições de avanço para outro tipo de sociedade e outros pactos civilizatórios. Relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através de pactos, quase sempre não explicitados. Nesse sentido, concentrei minha atenção na branquitude e nos pactos narcísicos que a mantêm. (BENTO, 2022, p.13)

Tendo isso em mente, trago para reflexão a projeção negativa que a pessoa racista coloca sobre o corpo negro assim como a tremenda insatisfação da branquitude em relação a negras e negros cada vez mais conhecedores e

reivindicadores de seus direitos, que garantem a dignidade humana. A título de exemplificação trago o terrível acontecido do vereador de Caxias do Sul (RS) que foi racista ao se referir aos baianos. Ao dizer veementemente, no plenário da Câmara de Vereadores no dia 28/02/2023¹, para “não contratar aquela gente” mas sim os argentinos que em sua absurda opinião “são limpos, trabalhadores, corretos etc”; ao afirmar que “a única cultura que eles tem é viver na praia tocando tambor” o vereador revela o pensamento racista colonial e um projeto de manutenção de privilégios para a branquitude – “não contratar” pessoas oriundas do estado da Bahia, que em sua maioria são negras”.

O pacto narcísico que geralmente era silencioso (e com isso digo não expreso verbalmente com alcance público), pelo menos entre a parcela de pessoas públicas, é revelado, estampado, desmascarado em frente ao povo brasileiro. Em outras palavras, após várias denúncias de trabalho com condições análogas a escravização presentes na colheita de uva em fábricas de vinho do Sul do Brasil, o vereador expressa sua “indignação” como um senhor da casa-grande que “perde” escravizados. Baseada nas referências aqui utilizadas, trago a afirmação que o racismo dezumaniza os corpos, então “aquela gente” para esse indivíduo não é “gente humana” logo não pode ter os direitos constitucionais da pessoa humana, da dignidade, do trabalho etc.

Reflico sobre a professora Kilomba (2019) quando fala das memórias da plantação e do racismo cotidiano como sendo uma tentativa da branquitude de colocar pessoas negras ou não-brancas novamente na cena colonial. De acordo com a autora acima mencionada:

[...]nós nos tornamos a representação mental daquilo com que o *sujeito branco* não quer se parecer. Toni Morrison (1992) usa a expressão “dessemelhança”, para descrever a “branquitude” como uma identidade dependente, que existe através da exploração da/o “*Outra/o*”, uma identidade relacional construída por *brancas/os*, que define a elas/es mesmas/os como racialmente diferentes das/os “*Outras/os*”. Isto é, a negritude serve como forma primária da Outridade, pela qual a branquitude é construída. A/O “*Outra/o*” não é “*outra/o*” *per se*, ela/ele torna-se através de um processo de absoluta negação. Nesse sentido, Frantz Fanon (1967, p.110) escreve: “O que é frequentemente chamado de alma *negra* é uma construção do homem *branco*”. Essa frase nos relembra que não é com o *sujeito negro* que estamos lidando, mas com as fantasias *brancas* sobre o que a *negritude* deveria ser. Fantasias que não nos representam, mas, sim o imaginário *branco*. Tais fantasias são os aspectos negados do eu *branco* reprojitados em nós, como se fossem retratos autoritários e objetivos de nós mesmas/os. Elas não são, portanto, de nosso interesse.(KILOMBA, 2019, p.38).

O que o vereador projeta e expressa sobre os baianos mostra uma fantasia mas, para além disso, uma tentativa de colocar o *sujeito negro* fora daquele estado como não pertencente; ele quer dizer qual é o lugar que nossos corpos

¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/01/policia-do-rs-investiga-vereador-que-fez-declaracoes-preconceituosas-contra-trabalhadores-baianos.ghtml>>. Acesso em: 13/03/2023.

devem conhecer: o da servidão, o do “agradecer o patrão depois do dia na escravização”. Literalmente, em seu discurso ele reprisa o momento colonial. Brasil, o mundo se despedaça. O homem branco está presente para tentar apagar, deturpar, matar e destruir a nossa construção, veio para tentar ditar qual é o lugar da negritude, qual a religião e cultura devemos ter, qual comportamento devemos ter perante a sociedade etc.

A lógica equivocada do colonizador cai quando olhamos para a história do Brasil, quando após a Abolição a mão-de-obra considerada “digna” de salários era a das pessoas brancas vindas de Europa (refugiadas) da Guerra Mundial. Todavia, a verdade é: o povo preto sempre trabalhou, a mulher preta sempre trabalhou como diria Angela Davis, mesmo sem as devidas condições para tal. Durante o processo colonial e até hoje, houve/há também uma tentativa de demonizar, apagar, e considerar inferiores a religião, a cultura e o conhecimento negros. Então, “saber tocar tambor” na fala do vereador é tido como um tipo de “coisa irrelevante” tamanha sua fantasia racista.

Infelizmente, o racismo expresso do vereador também revela a parcela da população que o elegeu, o imaginário racista que fomenta toda uma estrutura. É sobre esse racismo colocado como “conservadorismo” nos dias atuais que precisamos lutar. Para isso, Ribeiro (2019) vai afirmar que não basta não sermos racistas, precisamos ser antirracistas.

A prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas.[...] Portanto, nunca entre numa discussão sobre racismo dizendo “mas eu não sou racista”. O que está em questão não é um posicionamento moral, individual, mas um problema estrutural. A questão é: o que você está fazendo ativamente para combater o racismo? Mesmo que uma pessoa pudesse se afirmar como não racista (o que é difícil, ou mesmo impossível, já que se trata de uma estrutura social enraizada), isso não seria suficiente—a inação contribui para perpetuar a opressão. É preciso ressaltar que mulheres e homens negros não são as únicas vítimas de opressão estrutural: muitos outros grupos sociais oprimidos compartilham experiências de discriminação em alguma medida comparáveis. (RIBEIRO, 2019, p.13).

Ainda segundo a autora supracitada, atitudes como: informar-se sobre o racismo; enxergar a negritude; reconhecer os privilégios da branquitude; perceber o racismo internalizado em si mesma/o; apoiar políticas educacionais afirmativas; transformar seu ambiente de trabalho; ler autores negros; questionar a cultura que você consome; conhecer seus desejos e afetos e combater a violência racial; seriam maneiras práticas e movimentos individuais e coletivos que traçam um bom caminho de combate contra essa estrutura. Vamos, com isso, transformando imaginários e atitudes, enfraquecendo assim um sistema que não só nega direitos, mas também mata pessoas.

Dessa forma, Berth (2019) vai colocar que o empoderamento parte do individual para o coletivo, ou seja, a revolução começa no “eu” para o “nós”. Ela aponta:

Os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas etc., são uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista. Há que se definir esses parâmetros, uma vez que a ausência dessas considerações provoca a execução inversa do que prega o conceito de empoderamento, pois não fornece estratégias para a libertação individual a serviço da emancipação coletiva, mas cria sistemas de dependência em que indivíduos negros ou de outras vivências de gênero não apenas deixam de entender o significado, como passam a usá-lo a serviço de suas reproduções das práticas internalizadas de racismo e sexismo.(BERTH, 2019, p.25).

Colocando na mesa toda essa discussão reflito: o mundo de antes da colonização se despedaça com a opressão colonial em *Things Fall Apart*, de fato, a ficção de Achebe é crítica da realidade. O impacto dessa colonização no Brasil, ainda nos dias de hoje, é vivido e sentido por um grupo e reforçado e mantido por outro que se beneficia da estrutura racista. Podemos ver esse pacto da branquitude sendo expresso na fala do vereador de Caxias do Sul, e esperamos as devidas responsabilizações/punições. Todavia, mesmo com o racismo estrutural nós (re) agimos e como diria Maya Angelou (2013): ainda assim nós levantamos. Nós reexistimos, transformamos aos poucos o mundo, nos empoderando com atitudes práticas, ou seja, antirracistas. Nós reexistimos produzindo também na linguagem e na arte um novo imaginário que sai desse mundo despedaçado imposto pela opressão colonial, nós traçamos um novo caminho. E como diria Conceição Evaristo (2020), nossas histórias “não são para adormecer os da casa-grande, mas sim acordá-los dos seus sons injustos”(p.13).

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, Chinua. *Things fall apart*. 1958. **New York: Anchor**, v. 178, 1994.
- ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo:Companhia das Letras, 2009.Tradução de Vera Queiroz Costa e Silva.
- ANGELOU, Maya. **And still I rise**. UK: Hachette UK, 2013.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. (Feminismos Plurais).
- DAVIS, Angela Y. **Women, race & class**. USA:Vintage, 1983.
- EVARISTO, Conceição. A escriturização e seus subtextos. **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**:: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Tradução de Jess Oliveira.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

YEATS, William Butler; HAGSTROM, Fred; GILLESPIE, Oscar J. **The second coming**. 1989.